

IMPACTOS POSITIVOS DO PROGRAMA VIDA MELHOR URBANO NO MUNÍCIPIO DE CANDEIAS - BAHIA¹

Alisson Magno Rozendo da Paixão²

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar os impactos do Programa Vida Melhor Urbano no Município de Candeias – Bahia, onde o governo decidiu intervir por meio de diversos instrumentos de fomento e inovação, consultorias populares e assessoramento a microempresários (as). Desenvolvido no âmbito do Programa Vida Melhor Urbano que enfatiza prioridades voltadas aos pequenos comerciantes, mediante a necessidade de avaliar diversos instrumentos técnicos e mecanismos de apoio oferecidos aos microempreendedores (as) do município de Candeias na prática de suas atividades profissionais e econômicas. Desse modo, a proposta da pesquisa foi investigar a trajetória de vida dos microempreendedores (as) beneficiados (as) no programa e avaliar os impactos positivos do mesmo na cidade de Candeias.

Palavra-chave: empresários - Candeias (BA); Programa Vida Melhor Urbano (Bahia) - estudo de casos; vendedores ambulantes - Candeias (BA) - condições sociais.

ABSTRACT

This paper aims to present the impacts of the Vida Melhor Urbano Program in the municipality of Candeias, Bahia, where the government decided to intervene through various instruments of promotion and innovation, popular consultancies and advice to micro-entrepreneurs. Developed within the scope of the Vida Melhor Urbano Program, which emphasizes priorities aimed at small traders, through the need to evaluate various technical instruments and support mechanisms offered to micro-entrepreneurs in the municipality of Candeias in the practice of their professional and economic activities. Thus, the proposal of the research was to investigate the life trajectory of the micro-entrepreneurs benefiting from the program and to evaluate its positive impacts in the city of Candeias.

Keywords: entrepreneurs - Candeias (BA); street vendors - Candeias (BA) - social conditions; Vida Melhor Urbano Program (Bahia) - case studies.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Gomes de Souza.

² Graduando em Humanidades pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Vida Melhor, instituído em 2011 pelo Governo do Estado da Bahia, tendo como objetivo a inclusão socioprodutiva dos empreendedores, com atenção para aqueles identificados em situação de vulnerabilidade social e dificuldade de entrar no mercado de trabalho formal. O Vida Melhor desenvolveu uma abordagem apropriada para tais condições sociais, baseada na presença do programa nas comunidades pobres e urbanas por meio de Unidades de Inclusão Socioprodutiva (UNIS)³ e de Agentes de Desenvolvimento, moradores de tais comunidades.

O governo do Estado da Bahia sancionou em 2015 a Lei Nº 13460, que instituiu o Programa Estadual de Inclusão Sócio-Produtiva, com a finalidade de incluir pessoas em situação de pobreza e com potencial colaborativo, com vistas à sua emancipação profissional, além da participação do Estado, o programa conta com a colaboração da União, Municípios e sociedade civil, com base nas diretrizes e instrumentos estabelecidos nesta Lei supracitada.

Em todos os países, na contemporaneidade, nota-se um crescimento do empreendedorismo ou micro empreendedorismo, nada mais do que uma alternativa que as pessoas encontram para iniciar um negócio próprio, ou por ter encontrado uma visão lógica de oportunidades em novos negócios que sejam capazes de atender as necessidades das pessoas, mas também tem sido uma atividade alternativa de negócio de sustento para escapar dos efeitos do desemprego crescente em nosso país. No Brasil, a crise econômica iniciada em 2014, segundo Costa (2018), ocasionou o desemprego de 13, 23 milhões em 2017 ou mais 6,5 milhões de pessoas sem emprego. Para esse autor, cada vez mais o desemprego está assolando o país e encontrar um emprego nos dias atuais se torna cada vez mais difícil, já que a maioria das empresas preferem jovens do que os mais experientes, levando a pensar que cada um busca uma forma diferente de sobreviver frente à crise, seja fazendo “bicos” ou trabalhando como microempreendedores, vendendo sorvete ou fazendo algum serviço de cabeleireiro, entre outras alternativas de negócio.

Mas, o que fazem esses 6,5 milhões de pessoas para sobreviver? De acordo com Greco *et al* (2009, p. 24) a Taxa de Empreendedores em Estágio Inicial (TEA) brasileira foi de 12,02% em 2008, o que significa que de cada 100 brasileiros 12 realizavam alguma atividade empreendedora até o momento da pesquisa. Essa taxa está relativamente próxima da média histórica brasileira, que é de 12,72%. Assim, pela primeira vez desde que a pesquisa foi

³ UNIS: Unidade de Inclusão Social, base onde se localiza a sede de cada unidade do Programa Vida Melhor Urbano.

iniciada no Brasil, o país ficou fora do grupo dos dez países com maiores taxas de empreendedorismo. Observa-se que, é no âmbito desta problemática que o Programa Vida Melhor Urbano (PVMU) atua no município de Candeias, oferecendo oportunidades aos microempreendedores e aos cidadãos, reconhecendo a importância do seu papel nesse cenário de crise. Com efeito, o problema desta pesquisa está no fato de que, ainda não se tem uma dimensão exata ou um estudo que revele os resultados práticos das ações desenvolvidas pelo Programa Vida Melhor Urbano (PVMU) no município de Candeias – isto é, se os grupos de empreendedores atendidos conseguem elevar o nível geral de suas atividades, de ampliar o investimento, ou simplesmente, se os resultados dessas capacitações, propiciou algo relevante em termos de formação e colocação no mercado, para os microempreendedores (as) atendidos (as).

Para obtenção desses dados os Agentes interagem com os (as) empreendedores (as) realizando um Estudo de Viabilidade Econômica participativo, repassando conhecimento para melhoria dos negócios, e identificando demandas a serem atendidas, principalmente curso de qualificação profissional, microcrédito, formalização de negócios, e doação de equipamentos.

Partindo da hipótese de que o Programa Vida Melhor Urbano no município de Candeias/BA ao desenvolver os cursos de capacitação de alguma forma colaborou com os(as) microempreendedores(as) compreenderem a necessidade de adotar práticas de inovação em negócios próprios, mas por outro lado, por falta de apoio financeiro do Estado e de uma assessoria técnica permanente têm se deparado com muitas dificuldades na implementação de práticas inovadoras, uma vez que suas particularidades de natureza estratégica de manutenção pessoal ou familiar impedem a realização dos investimentos que colaboram não apenas ampliar estrutura do negócio, como também introduzir novas técnicas do gerenciamento e de interação com os clientes.

Cientes que no município de Candeias, algumas pessoas atendidas desenvolvem negócios herdados da família há mais de três décadas -- acreditamos que são pessoas que por meio das atividades que realizam apresentam dificuldades de encarar os desafios de inovar, ainda que o objetivo fosse para eliminar certas barreiras e criando novas relações de trabalho.

A partir do exposto, faz-se os seguintes questionamentos: o programa é funcional? Como as pessoas atendidas percebem os efeitos de terem participado do programa? Quais aspectos do programa que eles (as) apontam como sendo mais relevante para suas atividades do dia a dia? Como as pessoas atendidas avaliam criticamente o programa?

Desse modo, a proposta do presente artigo é apontar os aspectos positivos propiciados pelo Programa Vida Melhor Urbano (PVMU) no município de Candeias–Bahia, pondo em

debate uma variedade de questões para o entendimento mais global da nossa experiência, no meu caso enquanto técnico que acompanhou o referido programa.

A metodologia de pesquisa adotada para a realização da pesquisa consistiu em pesquisa bibliográfica, de campo e dados quantitativos encontrados nos relatórios e planilhas de avaliação do programa, e que pude ter acesso mediante solicitação dos relatórios ao órgão responsável pelo programa no município, correlacionando com os dados da pesquisa quantitativa e qualitativa realizada.

O artigo partirá da problematização sobre programas de políticas públicas para empreendedorismo e microempreendedores e apresentará os dados coletados a partir do questionário semiestruturado aplicado, caracterizando o perfil dos participantes do programa no município de Candeias, como também exporá a visão de alguns agentes sobre o Programa e sua implantação. De modo geral, o artigo pretende contribuir com a literatura sobre empreendedorismo, bem como colaborar para entender como estes impactos afetam a vida das pessoas que participaram de experiências como essas na região.

2 O PROGRAMA VIDA MELHOR URBANO

O Decreto no 13.167, de 11 de agosto de 2011, cria o Programa Vida Melhor do governo do Estado da Bahia tendo por finalidade “incluir socioprodutivamente, pelo trabalho decente, pessoas em situação de pobreza e com potencial laborativo, com vistas à sua emancipação”. Desenvolvido pela Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM) em parceria com a Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), a Unidade de Inclusão Sócio- produtiva Vida Melhor Metropolitana II- UNIS, foi instalada no município de Candeias, no ano de 2017, com o objetivo de atender uma parte da população local e fomentar sua economia. O programa teve duração de aproximadamente um ano no município e encerrou sua atividade em 2018.

O Programa Vida Melhor Urbano - PVMU atende além de Candeias os municípios de São Francisco do Conde, Madre de Deus e São Sebastião do Passé. Em Candeias, um dos pontos positivos da cidade é seu vasto comércio, com vendedores ambulantes que tiveram a oportunidade de ser beneficiados.

O programa passa por etapas. Na primeira etapa o empreendedor é cadastrado no Sistema de Informática do Vida Melhor -- SIVME. Após esse primeiro cadastro, será selecionado os participantes do programa que atendem os pré-requisitos de não estarem

trabalhando com carteira assinada, possuir idade entre 18-65 anos de idade e renda até 03 (três) salários mínimos ou per capita de até ½ (meio) salário mínimo.

Na segunda etapa, o microempreendedor responderá um questionário sobre o perfil do empreendimento e sobre conhecimentos, como por exemplo, se o mesmo possui informações sobre microcrédito. Na terceira etapa, são coletadas informações sobre investimentos, custo fixo e valor de mercadorias (custo e revenda). Com estes dados, é calculado se o empreendedor está tendo prejuízo ou não com a revenda dos seus trabalhos / produtos.

Após estas etapas são selecionados alguns empreendedores para participar da qualificação, que varia de acordo com o ramo da sua atividade, e no mesmo período é feito o acompanhamento dos agentes de desenvolvimento com o técnico do UNIS. Com este acompanhamento podem ser detectadas as necessidades de alguns equipamentos que o empreendimento não tem condições ainda de adquirir e que podem ser doados pelo programa.

Além do subsídio estadual da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social a UNIS contou com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Após o período de seleção para verificação se o empreendedor atende os critérios que comprovam a necessidade e a situação socioeconômica.

Para participar do Programa, os interessados devem ter entre 18 e 60 anos, estarem cadastrados no CadÚnico, possuir alguma atividade empreendedora e uma renda per capita de até meio salário mínimo.

Numa cidade grande como Candeias, o jovem já cresce com a mentalidade que assim que for adulto irá trabalhar na indústria (refinaria Landulfo Alves), mas não existe só este mercado de trabalho no município:

Uma cidade de 100 mil habitantes como Candeias existem várias formas de buscar emprego que não seja apenas na área industrial. Trouxemos o Vida Melhor para cá justamente para buscar outras alternativas de trabalho e estimular as pessoas a encontrar diferentes maneiras de ganhar dinheiro para sua família. Ferreira Junior (2017).

A Unis Metropolitana II atendeu também às cidades de São Sebastião do Passé, Madre de Deus e São Francisco do Conde. Ao todo, 420 empreendedores foram diretamente beneficiados. Destes, 360 receberam equipamentos e ativos, de acordo com a SJDHDS (2017). Além de Candeias, Salvador, Lauro de Freitas e Feira de Santana também contam com a Unis. O investimento foi de R\$ 1.2 milhão/trimestre em estrutura para as 04 Unis e mais R\$ 1 milhão para aquisição de equipamentos, como kits, barracas e máquinas (SJDHDS, 2017).

Visando minimizar as dificuldades econômicas da população, o Secretário de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social afirma que existem outras formas para conseguir sobreviver, destacando o principal objetivo do PVMU:

Estamos vivendo uma crise econômica e, principalmente na Região Metropolitana, o grande problema é o desemprego. Ao inaugurar as Unis, estamos fomentando a renda dos empreendedores informais. Temos que estimular a pessoa que vende frutas, faz unha e cabelo, vende lanches. Então, o objetivo é dar essa qualificação, orientação financeira e de gestão destacou o secretário. (Candeias, 2017).

Segundo Maria Quitéria, presidente da Fundação, o programa tem o objetivo de melhor assistir à população atendida pelas quatro Unidades de Inclusão Sócio Produtivas, localizadas em Candeias, Lauro de Freitas, Feira de Santana e Subúrbio de Salvador que a FLEM ministrou treinamento de uma semana para as equipes de colaboradores que atuam nas UNIS.

Eles tiveram aulas para desenvolver o processo de mediação e atuação junto aos beneficiários do PVMU com o Prof. Gabriel Kraychette, detentor da metodologia de mobilização social, no auditório da Flem e já deram início às suas atividades desde o mês de setembro. Quitéria, (JGB, 04 de out 2017).

Como podemos perceber nos discursos dos responsáveis pelo Programa, ele surge numa tentativa de apresentar alternativa para as desigualdades sociais e de renda tão presentes na região, e em municípios como Candeias e São Francisco do Conde, que não obstante serem cidades com uma alta arrecadação, vinda da exploração do petróleo e por sediar a Petrobras, não se reveste para a população em melhores condições de vida e de trabalho. Como vemos mais adiante, o programa necessita estar atento a outras dimensões da geração de renda para que seus beneficiários possam estar mais satisfeitos.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) representam mais de 98% do total das empresas nas economias desenvolvidas, mais de 60% do emprego na economia e cerca de 50% do Produto Interno Bruto (PIB). Por outro lado, nas economias menos desenvolvidas as MPMEs empregam pouco mais de 30% da força de trabalho e representam pouco mais de 10% do PIB (IFC, 2007). As diferenças extremas entre as economias demonstram a importância que a atividade empreendedora pode ter no desenvolvimento econômico.

O trabalhador por conta própria ou o tradicional pequeno empresário (estilo de vida) não pode ser confundido com o empreendedor de alto impacto, pois o primeiro constitui uma empresa para satisfazer minimamente suas necessidades, o que logicamente gera empregos mediante, por exemplo, atividades como cabeleireiros, padarias, confecções etc. Por outro lado, o segundo tem uma atividade de alto crescimento que aceleradamente gera empregos e valor econômico.

É preciso estabelecer essa diferença, pois as políticas de empreendedorismo visam promover empreendedores altamente inovadores que possam gerar um alto impacto no desenvolvimento econômico movendo a economia para produtos e serviços com maior valor agregado (Henrekson; Stenkula, 2009)

De modo geral, as políticas públicas no Brasil historicamente não priorizaram os micro e pequenos empreendedores, seja pelos períodos de substituição de industrialização e substituição das importações das décadas de 1950 a 1970, passando pela crise econômica da década de 1980 até o período de neoliberalismo econômico da primeira metade da década de 1990. Neste período e, ainda hoje, o principal ator de incentivo as MPMEs é o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que foi fundado em 1972 como uma entidade privada de interesse público.

Entre os ministérios, o Ministério do Trabalho⁴ era o que detinha entre suas políticas um foco mais presente com preocupação nos programas voltados para ação empreendedora.

O Programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda. Objetivos: estimular o desenvolvimento econômico e social do país, por meio da democratização do crédito produtivo assistido, capaz de gerar emprego, trabalho e renda. Público-alvo: micro e pequenas empresas, cooperativas, associações de trabalhadores, profissionais liberais e microempreendedores de baixa renda e populares. Nagem (2011).

Dentro do Programa de Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda criaram-se outros, que passaram a fazer parte do Programa Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. Um deles é o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) urbano, diretamente vinculado ao

Programa Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, que objetiva promover o fortalecimento econômico das micro, pequenas e médias empresas por intermédio do crédito e da capacitação gerencial, tendo como público-alvo as micro, pequenas e médias empresas, empreendimentos informais e franquias empresariais. (Gem, 2004).

⁴ Ministério do trabalho criado em 26 de novembro de 1930 e extinção 01 de janeiro de 2019.

Este Programa fazia parte ainda da pasta do Ministério do Trabalho, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), todos foram iniciativas para estabelecer outro mecanismo para fomentar a economia brasileira:

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Objetivo: promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. Público-alvo: trabalhadores (as) em risco de desemprego, desempregados, autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento. Nagem (2011).

Esse programa foi uma inovação no seu escopo, pois "incorpora a economia solidária como dimensão de um novo modelo de desenvolvimento no bojo de um novo conceito do mundo do trabalho" (MTE, 2004). Sua perspectiva objetivava dialogar com setores sociais que por tradição têm sido excluídos e têm baixa representação na elaboração das políticas públicas, e sua composição era formada por autônomos, pequenos produtores rurais e urbanos, trabalhadores informais e redes de economia solidária, atores sociais a quem se destina a sua vigência.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Para esta pesquisa foram entrevistados 10 empreendedores que participaram do PVMU, no período de 2017-2018. Traçaremos o perfil dos entrevistados, com o intuito de construir uma caracterização para esses beneficiários do programa, e de conhecermos sua realidade social.

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados

Sexo	06 Mulheres 04 Homens
Idade	25-30 06 31-35 02 36-40 02

Cor	06 Negros 04 Pardos
Estado Civil	04 Casados 06 Solteiros
Filhos	0 02 1 03 2 03 3 02
Escolaridade	01 Fundamental Incompleto 01 Ensino Médio Incompleto 06 Ensino Médio 01 Superior Incompleto 01 Superior Completo
Profissão	03 Cabelereiras 01 Técnico em Radiologia 02 Vendedores Ambulantes 04 Feirantes
Renda Mensal	Sem renda 1 R\$ 001-999 05 R\$ 1000-1200 03 R\$1201-2000 1

Fonte: dados da pesquisa.

A primeira pergunta relacionada ao PVMR, refere-se às profissões antes de participar do programa. Todos confirmaram já exercer as atividades antes do programa e continuam a exercê-las. A exceção foi um feirante que também era vigilante e após o programa dedica-se apenas a ser feirante.

Todos os entrevistados receberam algum dos treinamentos/cursos oferecidos pelo PVMU. 04 realizaram o curso de Técnico em Vendas e 06 de Cabelereira.

Segundo relatório da FLEM em 2017, as ações de capacitação e preparação de microempreendedores desenvolvida pelo programa atendeu mais de 200 feirantes, 100 cabeleireiras, 30 vendedores de churrasquinho e 50 ambulantes de carrinhos coolers, no município de Candeias.

Tabela 1 - Empreendedores e artigos doados

Empreendedores	Doação	Quantidade
Feirantes	Barraca de Feira	200
Cabeleireiras	Kit Salão: Cadeira Lavatória Cadeira de Corte Secador de Cabelo Chapinha	100
Vendedores de Churrasquinho	Carrinho de Churrasco	30
Ambulantes	Carrinho Cooler	50

Fonte: FLEM (2017).

Diferente das outras UNIS, onde os agentes encaminhavam os empreendedores para os cursos de qualificação profissional, geralmente fornecidos pelo SEBRAE, SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e consideradas as mais relevantes em âmbito urbano. Os cursos nestas empresas apresentam custos e horários incompatíveis para os empreendedores populares. Em Candeias os cursos de qualificação profissional foram oferecidos pela própria UNIS, em parceria com professores locais, gratuito, e pela manhã e pela tarde para permitir o acesso a todos.

Quando perguntados se os cursos oferecidos tiveram relevância na vida profissional, as respostas foram positivas. O Entrevistado 2 afirmou “os cursos e experiencias foram de suma importância para meu crescimento como pessoa e como profissional” (15 de dezembro de 2019). Enquanto o Entrevistado 7, pode melhorar sua forma de trabalho e seu currículo profissional, como o mesmo afirma: “sim, melhorei minhas condições de trabalho e certificados” (21 de dezembro de 2019). E para o Entrevistado 10 “abriu a visão para vendas e forma de atendimento” (21 de dezembro de 2019). Com tais relatos, é possível perceber a importância de cursos profissionalizantes para a melhoria das condições de trabalho para microempreendedores.

Já sobre as mudanças em seus locais de trabalho, enquanto 3 Entrevistados afirmaram que não houve mudanças, 7 dos Entrevistados informaram que houve aumento de clientes e aumento de renda. Para o Entrevistado 1 “condições melhor de trabalho, conforto e trabalhar para mim mesma”, enquanto para os Entrevistados 2 e 3 “proporcionar maior confiança para meus clientes, bem como qualidade nos trabalhos realizados” e “melhor visibilidade dos trabalhos” (15 de dezembro de 2019).

Quanto às mudanças sobre o aumento de renda relacionado a sua atividade, 3 dos entrevistados afirmaram que não houve e 7 dos entrevistados afirmam que teve aumento de renda.

Quando perguntados se é notável mudanças no município após a instalação do PVMU, 2 informaram que não percebeu mudanças, enquanto 8 dos entrevistados afirmaram que é notório. Isso significa que, mesmo não tendo aumento em sua renda, um dos entrevistados percebeu que o programa é importante para o município.

Perguntados se o consideram o programa importante para o município, 100% das respostas foram positivas entre qualificações e equipamentos e afirma o Entrevistado 3 “sim, porque deu oportunidade para as pessoas a ter uma profissão” (15 de dezembro de 2019) e o Entrevistado 2 “sim, pois através do mesmo, foi possível fomentar a renda de muitas famílias do município” (15 de dezembro de 2019), mostrando a importância dos cursos de qualificação ofertados pelo programa.

Foi perguntado aos entrevistados, se na opinião deles os objetivos ao instalar o programa no município foram bem sucedidos, enquanto 8 afirmaram que foi bem sucedido, sendo que 1 informou que sim, mas não 100%, 2 afirmaram que não foi bem sucedido, mas o motivo pelo qual não foi bem sucedido para ambos foi que o programa não deu continuidade.

Perguntados se alguma expectativa que eles tinham com relação ao o programa não foi atendida, 4 afirmaram que teve ao menos uma expectativa e 6 afirmaram que tudo que era esperado foi atendido.

Perguntei no geral, qual nota de 0 a 10 dariam para o programa e obtive o seguinte resultado: notas 6 e 7 tiveram 1 pessoa cada, nota 8 e 10 dada por 3 dos entrevistados cada e nota 9 teve 2 entrevistados que atribuiu, isso significa que mesmo com 4 dos entrevistados tendo ao menos uma expectativa não atendida o programa é considerado relevante e importante.

Finalizando a entrevista, perguntei se tinham alguma sugestão para o programa e obtive o resultado que “o programa trouxesse fornecedores para aumentar os lucros” (Entrevistado 5, 15 de dezembro de 2019) e “manutenção dos equipamentos” (Entrevistado 6,

21 de dezembro de 2019), todos os 10 afirmaram também que é necessário uma continuação do programa. Isso mostra a falta de continuidade das políticas públicas do município.

5 CONCLUSÃO

O desafio que o Governo da Bahia busca solucionar com o Vida Melhor é como superar as barreiras (sociais, econômicas, culturais, simbólicas) que os empreendedores enfrentam, visando à promoção de sua inclusão econômica e social, através de melhorias em seus negócios e suas entradas e acesso aos demais programas sociais.

Acredita-se assim que muitas mudanças poderão ocorrer, de forma a impactar a valorização do conhecimento do trabalho pelo trabalhador e sua funcionalidade para o capital, no sentido do aumento da produtividade. O projeto do trabalho coletivo, enquanto possibilidade de transformação social, sendo substituído por alternativas de menor alcance, na qual esse projeto permanece ao lado de outros.

Os entrevistados tiveram, no geral, uma visão muito positiva do programa Vida Melhor. Alguns tiveram expectativas que não foram contempladas pelo programa, mas mesmo com este problema avaliaram o programa de forma otimista. O mercado de trabalho no Brasil é de difícil acesso, e para quem não possui uma certificação se torna muito mais difícil e o programa qualifica e certifica, ajudando a quem realmente está precisando, mostrando que às vezes você mesmo pode ser seu chefe, lhe trazendo oportunidade e mostrando caminhos diferentes.

REFERÊNCIAS

COSTA, Daiane. **Crise quase dobrou o número de desempregados no Brasil: Desde 2014, 6,5 milhões de pessoas a mais sem emprego**. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/crise-quase-dobrou-numero-de-desempregados-no-brasil-22348569>. Acesso em: 03 abr. 2018.

FERREIRA JUNIOR, José. **Candeias: Programa de qualificação profissional forma primeiras turmas em Candeias**. 2017. Disponível em: <https://bahianoticia.com.br/candeias-programa-de-qualificacao-profissional-forma-primeiras-turmas-em-candeias/>. Acesso em: 01 dez. 2019.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Relatório executivo. Sebrae, 2004.

GRECO, Simara Maria de Souza Silveira et al. **Empreendedorismo no Brasil**: 2008. Curitiba: Ibqp, 2009. Disponível em: <https://bb43fdd9-a-62cb3a1a-sites.googlegroups.com/site/familiawedsonfabiana/Home/GEM2008.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

HENREKSON, Magnus; STENKULA, Mikael. Entrepreneurship and public policy, IFN Working Paper no 804, 2009.

IFC. Micro, small, and medium enterprises: a collection of published data. Washington, 2007.

JGB, Programa Vida Melhor Urbano é anunciado por Maria Quitéria, presidente da FLEM; Candeias, Lauro de Freitas, Feira de Santana e Subúrbio de Salvador são beneficiados. 04 DE OUT DE 2017. Disponível em: <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2017/10/programa-vida-melhor-urbano-e-anunciado-por-maria-quiteria-presidente-da-flem-candeias-lauro-de-freitas-feira-de-santana-e-suburbio-de-salvador-sao-beneficiados/>. Acesso em: 03 fev. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Reflexões sobre o desenvolvimento centrado na geração de emprego, trabalho e renda*. Disponível em: www.mte.gov.br/observatorio/geracaodeemprego1.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

NAGEM, Fernanda Abreu. **Os caminhos do programa economia solidária em desenvolvimento**. 2011. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2011. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/4158/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 jan. 2020.

SJDHDS. Secretaria de Justiça inaugura Unidade de Inclusão Sócio produtiva em Candeias. 2017. Disponível em: <http://www.justicasocial.ba.gov.br/2017/09/1974/Secretaria-de-Justica-inaugura-Unidade-de-Inclusao-Socioprodutiva-em-Candeias.html>. Acesso em: 03 abr. 2018.